Raízes das desigualdades sociais no Brasil

A história da humanidade é marcada pelo fenômeno das desigualdades. Atualmente, as desigualdades sociais ocorrem tanto nos países ricos como nos países pobres. Nos primeiros, temos uma espécie de oceano de prosperidade com algumas ilhas de exclusão social. Já nos países pobres, temos vastos oceanos de pobreza pontilhados de pequenas ilhas de prosperidade. Especialmente nas últimas duas décadas, nas sociedades mais ricas (de forma cada vez mais perceptível), assim como nas mais pobres, tem se ampliando o fosso que separa os "incluídos" dos "excluídos".

A tendência à concentração de renda que leva à desigualdade e à exclusão sociais, não é fenômeno recente nem restrito ao Brasil. Em nosso país, um dos campeões mundiais das desigualdades, a dramática situação de exclusão social tem raízes no processo inicial de estruturação da sociedade brasileira.

Assim, desde o período colonial e durante a época do Brasil imperial, o monopólio da terra pela elite de latifundiários e a base escravista do trabalho foram os fundamentos que deram origem à rígida estratificação de classes sociais. O fim da escravatura, da qual o Brasil foi o último país a se livrar, não aboliu o monopólio da terra, fonte de poder econômico e principal meio de produção até as primeiras décadas do século XX. O abismo social entre o enorme número de trabalhadores e a diminuta elite de grandes proprietários rurais delineou as bases da atual concentração de renda do país.

O Brasil atravessou grandes transformações ao longo do século XX. Sua economia tornou-se cada vez menos agrária, a indústria começou gradativamente a ser a atividade econômica mais dinâmica, a população cresceu e rapidamente se urbanizou, a sociedade tornou-se mais complexa, mas a concentração da renda não só persistiu como se aprofundou, pois a grande maioria da população permaneceu à margem do mercado consumidor de bens duráveis.

Todavia, a crise do modelo de substituição das importações, na década de 1980, e seu colapso, seguido da aplicação de doutrinas neoliberais na década seguinte, levaram à ampliação das desigualdades sociais e permitiram compreender melhor que, à medida que a sociedade incorpora novas realidades, criam-se necessidades (o acesso à educação, ao trabalho,

à renda, à moradia, à informação etc.) que vão além da simples subsistência.

Essas transformações mais recentes fizeram por cristalizar dois "tipos" de exclusão social, um "antigo" e outro "recente". O primeiro refere-se à exclusão que afeta segmentos sociais que historicamente sempre estiveram excluídos. O segundo atinge aqueles que, em algum momento da vida, já estiveram socialmente incluídos.

No Brasil, as desigualdades analisadas pelo ângulo da concentração de renda indicam que o rendimento dos 10% mais ricos da população é cerca de vinte vezes maior que o rendimento médio dos 40% mais pobres. Mais ainda: o total da renda dos 50% mais pobres é inferior ao total da renda do 1% mais rico. Esses dados comprovam que o crescimento econômico brasileiro desenvolveu-se sob o signo da concentração de renda. As grandes desigualdades sociais também se manifestam nas unidades regionais do país.

Recentemente, um grupo formado por cientistas sociais publicou um trabalho intitulado *Atlas da exclusão social*. Usando como base metodologia similar à adotada pela ONU na confecção do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), chegou-se a outro índice, denominado Índice de Exclusão Social.

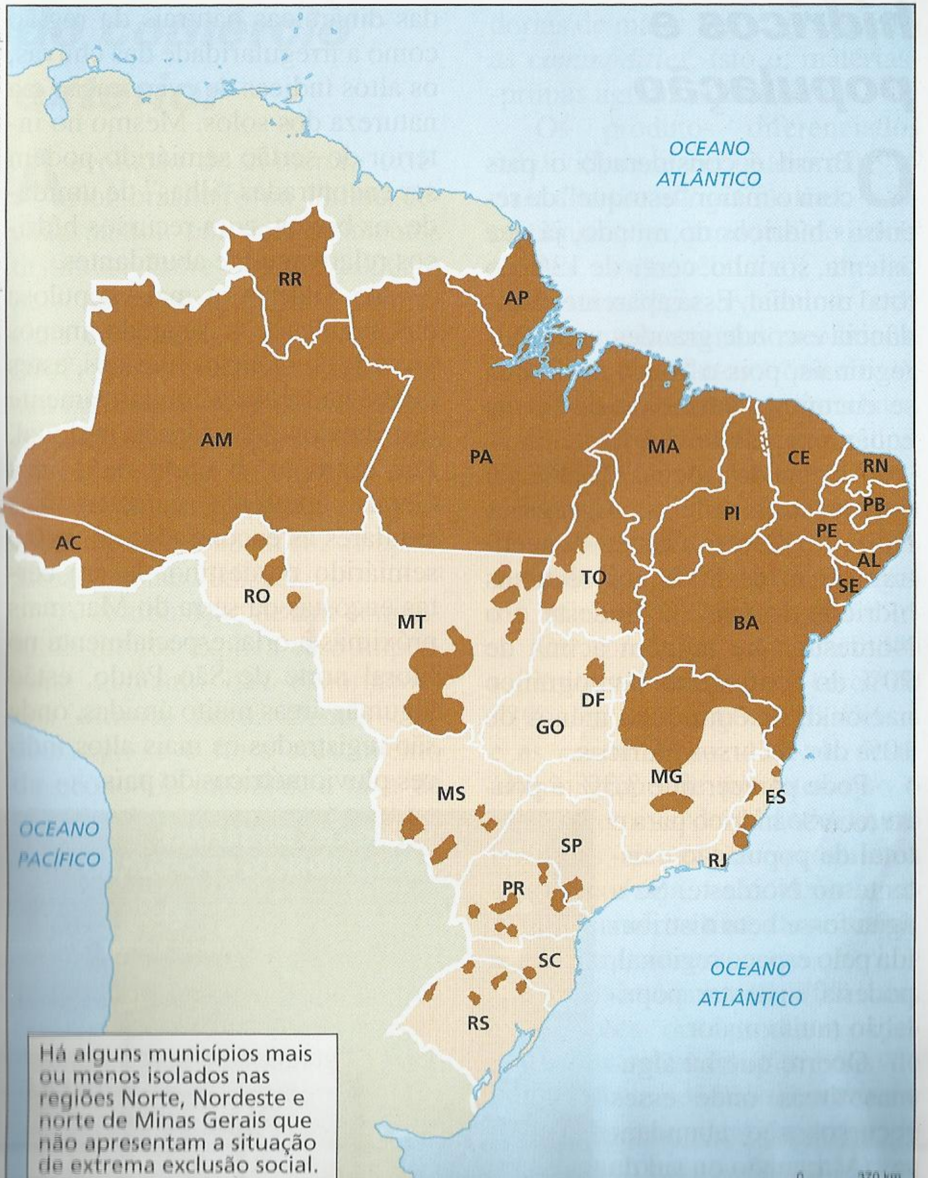
Essa medida foi construída com base na combinação de três componentes: padrão de vida digno (com indicadores de pobreza, emprego formal e desigualdade), conhecimento (anos de estudo e alfabetização) e risco juvenil (concentração de jovens e índice de violência).

Calculados para todos os municípios do país, esses índices foram também cartografados. Um dos mapas mostra de imediato que as áreas de extrema exclusão social se concentram em municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste, "transbordando" para o norte de Minas Gerais e nordeste de Goiás.

Nessas áreas, de maneira geral, verifica-se exclusão de tipo "antigo", fato comprovado pelas dificuldades de acesso à educação, à alimentação, ao mercado de trabalho e a outros mecanismos de geração de emprego e renda.

Nas regiões Sul e Sudeste, embora sejam poucos os municípios com índices extremos de exclusão social, sabe-se que suas realidades sociais internas, principalmente nos mais populosos, são de grandes desigualdades. Esses municípios apresentam contingente cada vez maior de pessoas que, apesar de escolarizadas, de já terem trabalhado em empregos formais e de fazerem parte de famílias pouco numerosas, vivem situação de desemprego e de renda insuficiente.

Fonte: Adaptado do Atlas da exclusão social no Brasil, p. 77.



Manchas de extrema exclusão social no Brasil